



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

COMUNICADO

e-mail: geral@ans.pt

É UMA VERGONHA!

N.º: 12/2005

Data: 09 AGO 05

O processo que estamos a atravessar, para além ser complexo, difícil, duro e potencialmente longo, está também a transformar-se numa vergonha impensável no Portugal saído do 25 de Abril de 1974.

Como todos sabemos a Direcção da ANS foi convocada, tal como as restantes associações profissionais de militares, no passado dia 28 de Julho para, numa audiência prevista de 30 minutos, - mas que devido aos problemas concretos que a ANS levava para colocar à consideração para solução imediata - nos serem entregues mais dois *Projectos de proposta de decreto-lei*, atente-se no nome, que incidiam sobre a fusão das ADM e outro sobre a nova modalidade de Reserva e Reforma.

Tal como já defendemos no anterior Parecer que elaborámos relativamente aos 4 *projectos de propostas* de diplomas, consideramos que as medidas propostas não contribuem para alcançar os objectivos enunciados pelo Governo no PEC - antes pelo contrário: se fossem aplicados traduzir-se-iam em aumentos da despesa pública - colocam em causa as condições mínimas para o exercício da profissão militar, e, conseqüentemente, este modelo de Forças Armadas.

Mas ainda assim querendo perceber quais as razões de fundo que levam o Governo a mais este ataque vil e infame à Condição Militar, solicitámos no dia seguinte uma cópia dos estudos de impacto destas medidas no défice orçamental e no desenvolvimento das carreiras dos militares a médio e a longo prazo, porque não queremos acreditar que toda esta remodelação na Administração Pública se esteja a fazer por *intuição, navegando à vista* sem se fundamentar em estudos sérios e não no *monstruoso embuste* gerado pela chamada *Comissão Constâncio*, nem que as políticas do Governo sejam ditadas ao sabor dos comentários e das pressões veiculados pelos Órgãos de Comunicação Social.

Por sinal, nos Conselhos de Ministros dos dias 29JUL e de 02AGO, foi aprovada, *na generalidade*, uma leva de *projectos de decreto-lei*, onde se incluíam aqueles a que tínhamos na véspera sido chamados a pronunciarmo-nos num prazo de 10 dias úteis. Da leitura que obrigatoriamente fizemos, saltaram logo à vista erros formais grosseiros, como referência a alíneas inexistentes e a alíneas erradas de outros diplomas implicados, uma trapalhada que indicia a pouca seriedade e rigor com que esta matéria está a ser tratada.

Como resposta ao pedido dos estudos que fundamentam estas medidas, recebemos por telefone e por estafeta oficial e livro de protocolo, uma resposta do senhor Chefe de Gabinete do MDN, dizendo que os pareceres deveriam ser emitidos com brevidade pois a crise impunha a celeridade na aplicação das medidas. Reiterámos em carta registada com aviso de recepção a urgência em nos serem fornecidos os referidos estudos de impacto, fazendo, mais uma vez, depender deles o prazo do nosso Parecer; e dando disso conhecimento ao Sr. Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, bem como aos Sr.s Presidente da AR e Primeiro Ministro.

Em troca recebemos novo ofício em que: - informa que os projectos de decreto-lei dados para análise já tinham sido aprovados na *generalidade* nos CM e que estava prevista a sua aprovação final para o CM do dia 12 de Agosto; - reitera o convite à *remessa de comentários e ou contributos com vista à sua inserção nos respectivos projectos, caso assim venha a ser considerado*. Não nos é informado que

também a fórmula de cálculo da aposentação, com que é calculada a pensão de reforma dos militares, foi aprovada sem termos sequer tido conhecimento do conteúdo desse diploma. Se as cadelas apressadas parem os filhos cegos, os Governos apressados, pouco rigorosos e trapalhões são os coveiros dos direitos de quem trabalha e serve o Estado.

Quando pensávamos que já tínhamos visto tudo em termos de trapalhice, incongruência e má-fé, hoje dia 9 de Agosto voltámos a ser visitados pelo estafeta oficial com o livro de protocolo trazendo uma nova versão, diferente em quase tudo, do *projecto de proposta de decreto-lei sobre os regimes de Reserva e Reforma*. Esta nova versão tem um mérito relativamente à anterior que nos tinha sido dada a conhecer: é mais clara e deixa ver melhor a profundidade do retrocesso que o Governo quer impor nesta matéria sem mostrar em que estudos sérios baseia este ataque à Condição Militar e às Forças Armadas.

Por exemplo: deixa claro que para se passar à situação de Reserva com direito à pensão completa só com *36 anos de serviço efectivo e 55 de idade (pode requerer a passagem à reforma com 60 anos de idade, se não requerer só passa à reforma aos 65)*, quem pretender sair antecipadamente fica dependente do poder descricionário do CEM respectivo aceitar ou não, e com uma penalização de 1,5% por cada ano não cumprido; a norma de salvaguarda continua a não clarificar as situações e implicações sobre a situação dos camaradas que já passaram à situação de reserva e dos que passem em 2006, 2007 e assim por diante.

Na sequência do comunicado do CM do passado dia 2 de Junho dissemos, num comunicado emitido no mesmo dia, o seguinte: **Do Governo anterior diziam que era trapalhão a aplicar estas medidas que agora, com "eficiência e competência" nos querem fazer suportar. Do chamado Estado de GRAÇA, passámos rapidamente para o Estado de INDIGNAÇÃO e se este caminho não for invertido poderemos passar ainda mais rapidamente para o Estado de REPÚDIO. Para mal já bastava!**

Hoje poderemos dizer que, afinal do *Estado de INDIGNAÇÃO* para o *Estado de REPÚDIO* foi um ápice, e deste para o *Estado de REVOLTA* é a sequência natural e de transição que pode ainda ser mais rápida se esta ofensiva aos quadros constitucional e legal de direitos não for travada. As políticas seguidas nos últimos 28 anos destroem a Condição Militar e o actual modelo das Forças Armadas, por isso combatê-las é um imperativo nacional!

O Governo não fez férias neste ataque à Condição Militar, já aprovou a medida do congelamento da contagem do tempo de serviço, continua a aprovar diplomas à revelia dos pareceres das associações e mesmo antes de se esgotar o prazo dado para análise e elaboração dos respectivos pareceres, aprovou sem sequer nos dar conhecimento a nova fórmula de cálculo da pensão de Reforma, de entre as mais gravosas. Esperamos que o Sr. Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas, contribua para a defesa da Condição Militar e das Forças Armadas.

Para responder às nossas preocupações relativamente a este ataque à Condição Militar, vamos realizar mais **acção de luta no próximo dia 24 de Agosto de 2005, que consiste em Visitar o Museu da Presidência, fardados, a partir das 17h00**. Os Presidentes das ANS, AOFA e APA ofecerão um exemplar da Moção aprovada no Encontro de Militares devidamente emoldurada de modo a enriquecer o património daquele museu.

Adere e traz um amigo! A Condição Militar só se defende contigo!

Unidos, determinados e confiantes, a Justiça e a Razão prevalecerão!

Lisboa, 09 de Agosto de 2005

A Direcção